

**Além das estatísticas tradicionais de desemprego**

**Desempenho positivo da produtividade no Rio Grande do Sul**

**Tensões comerciais podem reduzir permanentemente o PIB mundial**

**Carta dos Economistas do Brasil propõe uma abertura comercial soberana**

**FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO RIO GRANDE DO SUL**

Av. Assis Brasil, 8787 Fone: (051) 3347.8731 Fax: (051) 3347.8795

**UNIDADE DE ESTUDOS ECONÔMICOS**

[www.fiergs.org.br/economia](http://www.fiergs.org.br/economia)

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista desta Federação. É permitida a reprodução deste texto e dos dados contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

## Além das estatísticas tradicionais de desemprego

Segundo os dados da PNAD Contínua, do IBGE, a taxa de desemprego do Rio Grande do Sul foi de 8,2% no terceiro trimestre de 2018. Na comparação com o trimestre imediatamente anterior houve queda de 0,1 ponto percentual (p.p.) (8,3%) e frente ao mesmo período de 2017 a redução foi de 0,2 p.p. (8,0%). No entanto, conforme o IBGE, apesar das quedas numéricas, as taxas se mostraram estatisticamente iguais em ambas as comparações. As diferenças podem estar associadas ao erro amostral.

Deste modo, desconsiderando o patamar de 9,1% alcançado no 1ºT/2017, a taxa de desemprego do RS se manteve próxima de 8,2% desde o 3ºT/2018, praticamente estável. Porém, é preciso notar que essa taxa representa apenas uma face da real situação do desemprego no Estado.

Para o cálculo da taxa de desemprego dita “tradicional” (8,2%), o número de desempregados no mercado de trabalho gaúcho foi estimado em 487 mil pessoas entre julho e setembro de 2018. Esse é o número de pessoas que estavam sem emprego e tomaram alguma medida efetiva em busca de um trabalho. Para uma visão mais abrangente do desemprego, há outras segmentações que envolvem pessoas que são subutilizadas no mercado de trabalho. Em primeiro lugar, há aquelas que estavam empregadas, mas gostariam que ter um emprego com maior carga horária. São os chamados subocupados por

insuficiência de horas que somam 285 mil pessoas no RS.

Além disso, dentro do grupo de pessoas consideradas fora da força de trabalho (não estão ocupadas e nem procuram emprego) encontram-se aquelas que não procuraram emprego, mas que gostariam de trabalhar. Essas pessoas formam a chamada força de trabalho potencial, isto é, que podem retornar ao mercado a qualquer momento. São 183 mil indivíduos nessa condição.

Dessa forma, ao considerarmos os desocupados (487 mil), os subocupados por insuficiência de horas (285 mil) e a força de trabalho potencial (183 mil), no total são 955 mil pessoas que se encontram em situação desfavorável no mercado de trabalho gaúcho, isto é, estão subutilizadas.

Por essa ótica, a taxa de desemprego ganha outro nome, passa a se chamar “Taxa composta de subutilização da força de trabalho”. No terceiro trimestre do ano corrente, essa taxa foi de 15,5%, muito acima dos 8,2% da taxa “tradicional”.

Para se ter uma ideia, antes dos momentos mais agudos da crise, o RS contava com uma taxa de desemprego de 4,5% e uma taxa composta de 10,3%. Portanto, esses são apenas alguns dados que retratam a situação ainda difícil para uma parcela considerável da população gaúcha.

## Desempenho positivo da produtividade no Rio Grande do Sul

O Custo Unitário do Trabalho (ULC) medido em Dólares para a Indústria de Transformação do RS registrou queda de 28,8% no terceiro trimestre de 2018 em relação ao mesmo período de 2017, revelando melhora na competitividade do setor. Foi o segundo maior recuo nessa base, atrás apenas do 3ºT/2015 (-29,9%). O resultado se deu pela combinação de queda dos salários médios por hora (-19,8%), medidos em Dólares, e elevação da produtividade (+12,7%).

O ULC mede o custo da mão de obra para se produzir uma unidade de produto. Além de ser um indicador de custo, é uma medida de competitividade, de modo que um aumento do ULC indica sua redução. Os dados para o RS e o Brasil, bem como um boletim com os resultados, são divulgados trimestralmente pela Unidade de Estudos Econômicos da FIERGS.

Por um lado, a queda observada dos salários médios se deu quase que exclusivamente por conta da desvalorização do Real frente ao Dólar no período (taxa de câmbio R\$/US\$ aumentou 25,1%, o que torna a massa de salários menor quando medida na moeda estrangeira), dado que massa salarial nominal em Reais (+0,1%) e as horas trabalhadas na produção (-0,3%) ficaram praticamente estáveis.

Por outro lado, a elevação da produtividade se deu

pelo aumento da quantidade de produto que saiu das fábricas (+12,7%), juntamente com uma modesta redução nas horas trabalhadas (-0,3%), o que pode ter ocorrido por conta de um ajuste de estoques das empresas e não efetivamente de maior produção.

Quando analisado em moeda nacional, ou seja, sem considerar o efeito cambial, a queda do ULC foi mais modesta (-14,1%) na comparação entre os terceiros trimestres de 2018 e 2017, fruto de redução de 3,1% nos salários médios deflacionados pelo INPC e do já mencionado aumento da produtividade de 12,7%.

Olhando para um horizonte um pouco mais longo, no acumulado em quatro trimestres, tanto o ULC em Dólares (-12,0%) quanto o medido em Reais (-5,6%) apresentaram queda no RS.

Portanto, os dados se mostram favoráveis à indústria gaúcha, não somente pelas quedas em si nas duas medidas de custo do trabalho, mas pela forma que ocorreram, principalmente por conta do aumento da produtividade ter se concretizado pela elevação da produção e não através da redução das horas trabalhadas, conforme observado em períodos recentes. Porém, o efeito do câmbio também foi importante para explicar a redução, de modo que uma mudança em sua trajetória pode reverter essa situação.

## Tensões comerciais podem reduzir permanentemente o PIB mundial

Ao longo deste ano, presenciamos a ascensão do protecionismo no cenário internacional, tendo EUA e China como protagonistas de uma guerra comercial que se materializou no segundo semestre de 2018. Desde então, a diminuição do comércio internacional propaga expectativas negativas sobre o crescimento do PIB mundial para os próximos anos.

Segundo o FMI, as barreiras comerciais – bem como outras tarifas ainda não impostas, mas que já foram anunciadas – terão, no curto e longo prazo, impactos negativos relevantes sobre a economia global. Para avaliar quantitativamente a influência das tensões comerciais sobre o PIB, o FMI construiu um cenário baseado na nota de vigilância do G20.

O cenário (I) considera as tarifas impostas pelos EUA em 10% sobre as importações de alumínio, 25% sobre o aço, 25% sobre US\$ 50 bi e mais outros 10% sobre US\$ 200 bi em produtos chineses. Em seguida, o cenário (II) adiciona uma tarifa de 25% sobre US\$ 267 bi em produtos chineses, enquanto a China responde com uma tarifa de 25% sobre US\$ 130 bi em importações dos EUA. Já o cenário (III) incorpora as tarifas de 25% sobre a importação de carros e peças de automóveis pelos EUA, no valor de US\$ 350 bi. Por último, os cenários (IV) e (V) contemplam as estimativas de como as tensões comerciais podem afetar a confiança e os planos de investimento das empresas, bem como a reação da economia mundial a um aperto de liquidez do sistema financeiro.

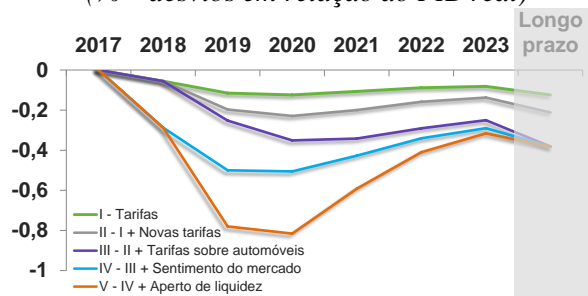
Observe, no gráfico ao lado, que os impactos da primeira rodada de tarifas sobre o crescimento do PIB mundial – estimado em 3,7% para 2019 – é pequeno

(desvio de -0,1 p.p.), sendo boa parte dos custos absorvidos por EUA e China, enquanto no cenário (II) indica uma queda de 0,2 p.p. sobre o PIB. O cenário se torna ainda mais crítico quando incorporados os impactos das tarifas sobre automóveis, do sentimento do mercado em relação às tensões comerciais e do aperto de liquidez sobre o setor privado, estimando-se um desvio de -0,8 p.p., que resultaria em uma expectativa da taxa de crescimento em 2,9% do PIB mundial para 2019. Ademais, os resultados sugerem que a introdução de todas as barreiras comerciais elencadas geram uma redução permanente do crescimento do PIB, estimada em -0,4 p.p, denotando um caráter contraprodutivo no longo prazo.

Em linhas gerais, o aumento dos custos gerados pela guerra comercial limitam o acesso à insumos e novas tecnologias, reduzindo assim a produtividade, além de prejudicar as cadeias globais de valor. Portanto, o encarecimento das mercadorias, a redução global da produtividade e do PIB tendem a afetar o bem-estar das famílias nos próximos anos, especialmente nas economias mais dependentes do setor externo.

### Impacto das tensões comerciais

(% – desvios em relação ao PIB real)



Fonte: Fundo Monetário Internacional.

## Carta dos Economistas do Brasil propõe uma abertura comercial soberana

Na semana passada, um grupo de 110 economistas denominado por “Economistas do Brasil” publicou a Carta Brasil, que deverá ser entregue ao presidente eleito. A Carta é uma iniciativa do grupo que aponta diretrizes para a retomada sustentável do crescimento econômico, visando a elevação do nível de bem-estar da população brasileira.

Dentre as políticas macroeconômicas sugeridas, os Economistas defendem a integração do País nas correntes de comércio, investimento e inovação, permitindo a maior participação do Brasil no comércio exterior por meio de uma abertura soberana que facilite a mobilidade de bens, serviços e fatores. Para tanto, suas propostas se resumem em quatro pontos principais: i) Diminuição das barreiras comerciais; ii) Novos acordos comerciais; iii) Redução de incentivos fiscais setoriais; iv) Incorporação de novos instrumentos na política de defesa comercial.

Segundo o diagnóstico da Carta, o Brasil é a oitava economia mais fechada do mundo, com grau de abertura comercial abaixo do coeficiente medido para a América Latina e países de renda baixa. Ainda, o País possui um histórico de políticas protecionistas que

impedem a livre concorrência, distorcem a alocação de recursos e aumentam os custos de produção.

Os Economistas concordam que o Brasil pode aproveitar as oportunidades da redução dos custos de transação e dos avanços tecnológicos observado nas últimas décadas para lograr uma integração maior no processo produtivo internacional, se inserindo nas cadeias globais de valor. Nesse sentido, existe um certo consenso de que a abertura comercial propiciará um aumento das taxas de investimento, mais tecnologia e inovação e, conseqüentemente, maior produtividade, gerando assim um ciclo de crescimento virtuoso.

Contudo, reconhecem que esta abertura comercial soberana deve ser feita de forma gradual, permitindo o ajuste progressivo dos setores produtivos ao longo de quatro anos.

Portanto, se realizada de forma coerente, os “Economistas do Brasil” acreditam que estes quatro vetores são condições fundamentais para revitalizar a estrutura produtiva do Brasil e impulsionar cada vez mais a busca por novos mercados no âmbito internacional.